

Levantamento de perdas inflacionárias dos professores da UDESC

Análise da evolução do VRV desde 2016 e consequências para o poder de compra



1. Introdução

Este estudo tem por objetivo analisar a evolução da remuneração de referência dos professores da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), tendo em vista o ajuste de seu poder de compra desde janeiro de 2016¹. Para isso, analisaremos a trajetória do Valor de Referência de Vencimentos (VRV) e da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), no período.

Conforme consta na legislação atualizada do, os últimos dois reajustes do VRV foram concedidos pelas Leis Complementares 714/2018 e 784/2021. A primeira delas, publicada em janeiro de 2018, corrigiu a inflação acumulada até dez/15, estabelecendo o VRV em R\$ 361,28 a partir de jan/16. Já a PLC aprovada em 2021 promoveu um reajuste de 19% no VRV, que ficou estabelecido em R\$ 429,92 a partir de jan/22. Vale ressaltar que, em 2023, o Conselho Universitário da UDESC (CONSUNI) aprovou um reajuste de 22% no VRV, o qual não foi implementado até o momento.

Tabela 1 – Últimas atualizações no VRV do Plano de Carreiras da UDESC e resolução aprovada no CONSUNI

Legislação	Publicação	Efeito	VRV fixado
Lei Complementar 714/ 2018	jan/18	jan/16	R\$ 361,28
Lei Complementar 784/ 2021	dez/21	jan/22	R\$ 429,92

Fonte: ALESC (2022).

Esses valores serão considerados para a construção da série histórica da remuneração-base nominal dos servidores da UDESC. Já a série histórica dos salários reais é obtida a partir da atualização monetária do VRV para fevereiro de 2024, tomando o IPCA como índice de preços. A comparação entre essas duas séries é utilizada como indicador da variação real dos salários ao longo do período.

Além disso, são calculadas as perdas financeiras dos salários, isto é, o valor monetário acumulado, a preços correntes, que os servidores deixaram de receber

¹ Este documento incorpora sugestões do SINTUDESC, que recomendou a uniformização da base de referência dos reajustes para jan/16, tendo em vista as discussões realizadas no âmbito do CONSUNI.

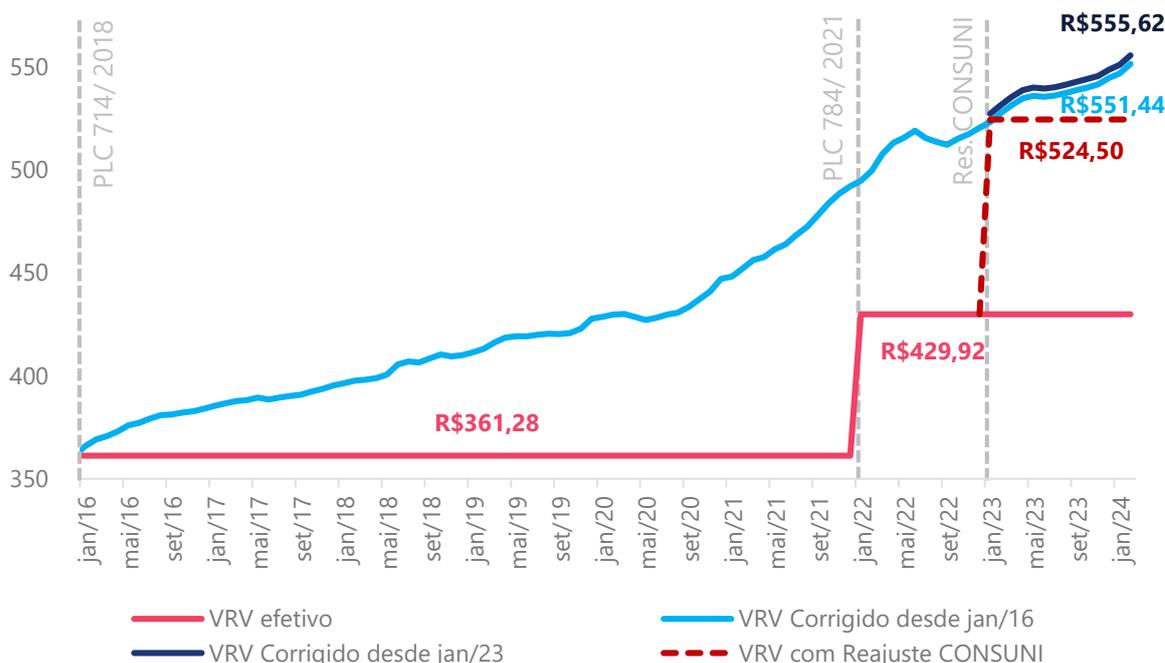
por conta do descompasso de sua remuneração nominal com a inflação. Para tanto, consideraremos os salários médios dos professores da UDESC em 2024.

2. Perdas salariais acumuladas em distintos períodos de referência

O Gráfico 1 apresenta a evolução do VRV e os reajustes promovidos por PLCs desde janeiro de 2016, bem como a série histórica sem perda do poder de compra, isto é, caso o VRV tivesse sido corrigido em escala móvel, pelo IPCA mensal. Além disso, apresentamos um cenário contrafactual, em que o reajuste aprovado pelo CONSUNI tivesse sido implementado a partir de jan/23, elevando o VRV para R\$ 524,50.

Para manter o valor real de jan/2016 (R\$ 361,28), o VRV de fev/22 deveria ser de R\$ 551,44. No cenário em que a resolução do CONSUNI tivesse sido respeitada, o valor atualizado deveria ser de R\$ 555,62. Atualmente, o VRV se encontra em R\$ 429,92, ou seja, 22% abaixo do valor corrigido desde jan/16, ou 22,6% abaixo do valor real aprovado pelo CONSUNI.

Gráfico 1 – Evolução do VRV da UDESC e cenários alternativos de atualização monetária pelo IPCA



Fonte: ALESC (2022) e elaboração própria a partir de dados do IBGE/IPCA (2024).

Em fevereiro de 2024, a Assessoria de Comunicação da UDESC publicou nota apresentando a narrativa de que o mandato do Reitor Dilmar Baretta (2020-2024) teria promovido um ganho real para a remuneração dos servidores:

“Considerando os índices de alteração do VRV conquistados pela Gestão 2020-2024, de 19% a partir de janeiro de 2022 e de 15,17% que será aplicado assim

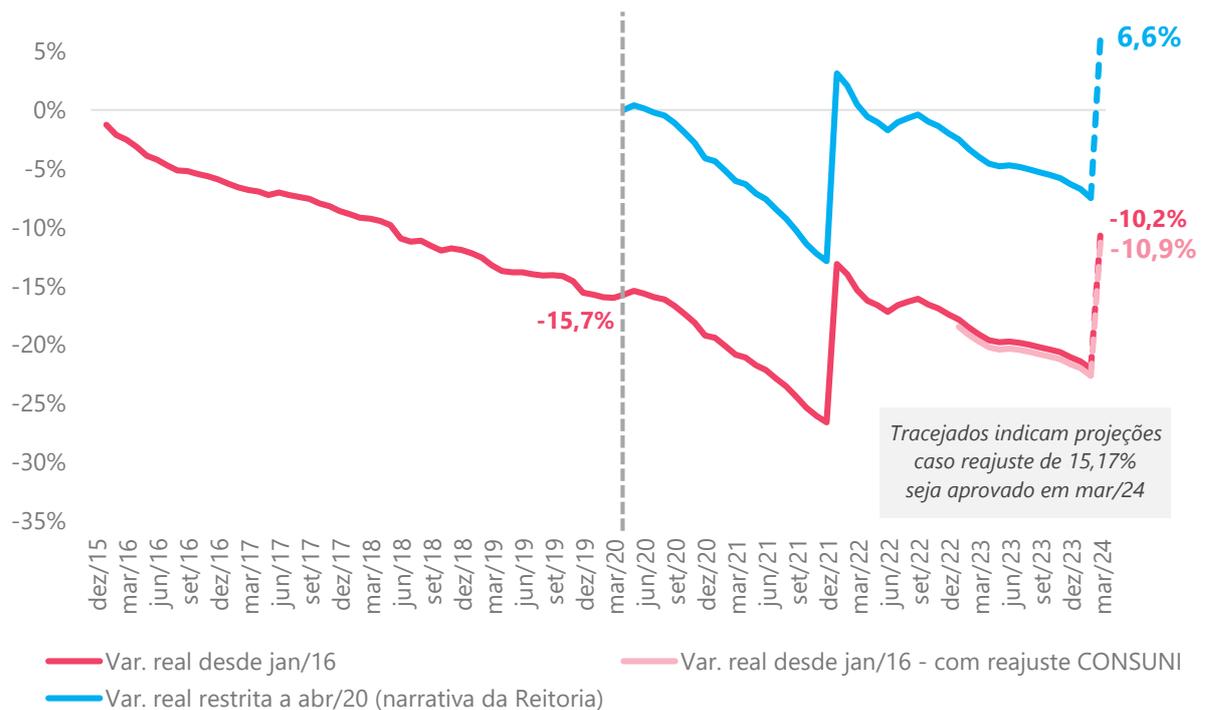
que for aprovado na Alesc, a alteração do VRV acumulada no período chegará a 37,05%.

Desse modo, o ganho real de abril de 2020 a dezembro de 2023 para os servidores da Udesc foi de 8,22%, na comparação das duas alterações do VRV com a inflação acumulada nesse período.¹²

A notícia refere-se ao reajuste do VRV promovido pela Lei Complementar 784/ 2021, que passou a valer em janeiro de 2022, e ao PLC, ainda em tramitação na ALESC, que prevê um novo reajuste para 2024, no percentual de 15,17%. Caso seja aprovado nesses termos, o PLC elevará o VRV para R\$ 495,14.

Embora a reitoria esteja tecnicamente correta ao afirmar que, caso aprovado o Projeto na ALESC, os reajustes acumulados (37,05%) resultariam em VRV real superior ao de abril de 2020, essa é uma análise enviesada, pois desconsidera as perdas prévias a esse período. O Gráfico 2 é ilustrativo nesse sentido, revelando que a base utilizada na análise da reitoria desconsidera uma perda acumulada de 15,7% desde janeiro de 2016.

Gráfico 2 – Variação real acumulada do VRV em diferentes intervalos de análise



Fonte: ALESC (2022); UDESC (2024) e elaboração própria a partir de dados do IBGE/IPCA (2024).

Mesmo caso o VRV seja reajustado para R\$ 495,14, a reitoria ainda não terá recuperado as perdas reais acumuladas desde 2016. Nesse cenário, se tomarmos como base os valores reais de dez/15, o VRV ainda apresentaria defasagem de 10,2%. Considerando, ainda, o ganho real previsto pela resolução do CONSUNI, a

² Publicação disponível [neste link](#).

defasagem seria de 10,9%. Para compensar tais defasagens, *seria necessário reajustar o VRV vigente em 28,3% e 29,2%*, respectivamente. Os reajustes totais necessários, durante a gestão Baretta, para de fato repor as perdas inflacionárias e retomar o patamar de 2015 não seriam de 37%, como proposto pela reitoria, mas de 52,6%, ou 53,8% respeitando a resolução do CONSUNI.

2. Perdas financeiras acumuladas dos professores da UDESC

De acordo com dados do Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, o salário médio bruto de um professor universitário da UDESC foi de R\$ 18.653,02 (R\$ 13.011 líquidos) em janeiro de 2024, enquanto o de professor colaborador ficou em R\$ 6.749,21 (R\$ 5.853 líquidos)³.

Se fosse reajustado hoje para valores reais de dez/2015, o salário bruto seria 28,3% maior, com média de R\$ 23.925,49 (cerca de R\$ 16,6 mil líquidos) para professores universitários e de R\$ 8.656,94 (cerca de R\$ 7,4 mil líquidos) para colaboradores. No entanto, esse reajuste evitaria apenas perdas futuras, não compensando os valores que deixaram de ser pagos aos servidores desde 2016.

Acumulando as perdas mensais no poder de compra ocorridas desde jan/16, chegamos a uma estimativa da perda do poder de compra dos servidores⁴, apresentada na tabela abaixo.

Tabela 2 – Perda de poder de compra acumulado desde jan/16

	Professor Universitário	Professor colaborador
Salário bruto atual	R\$ 18.653,02	R\$ 6.749,21
Salário bruto corrigido pelo IPCA desde abr/15	R\$ 23.925,49	R\$ 8.656,94
Perda real	28,3%	28,3%
Perda de poder de compra acumulado	R\$ 328.772,69	R\$ 118.959,52

Fonte: Portal da Transparência (2024) e cálculos próprios.

Essa estimativa dá conta de que cada professor universitário da UDESC deixou de receber, em média, R\$ 328,7 mil em salário bruto por conta da defasagem do VRV na última década. Considerando os descontos retidos na folha de pagamento, ainda sobriam cerca de R\$ 220 mil, ou seja, valores suficientes

³ Dados obtidos junto ao Governo por meio da Lei de Acesso à Informação.

⁴ Esse método consiste na comparação do salário médio efetivo com aquele que deveria ser pago, caso a correção monetária tivesse sido respeitada em escala móvel mensal, conforme evolução do IPCA. Por exemplo: se um professor universitário deveria ter recebido, para manter o poder de compra de abr/15, um salário de R\$ 22 mil em fevereiro de 2024, mas recebeu R\$ 18 mil, ele teve R\$ 4 mil a menos disponível no mês. Se, digamos, o salário corrigido no início de 2016 deveria ser de R\$ 15 mil, mas foi de R\$ 14 mil, naquele mês ele teve perda de R\$ 1 mil, o que equivaleria a R\$ 1,53 mil a preços de 2024. O cálculo total do poder de compra consiste no somatório de todos esses valores de perda mensal, a preços de 2024.

para adquirir um veículo utilitário de cabine dupla novo. Na média dos professores colaboradores, a perda em salário bruto seria de R\$ 119,0 mil, cerca de R\$ 100 mil em salário líquido.



Equipe Técnica

Mauricio Mulinari | *Economista e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*

Vicente Loeblein Heinen | *Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*